

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 152982 - PE (2017/0152811-0)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL

**AGRAVADO : METALSHOP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**ADVOGADOS : CARLOS GUSTAVO RODRIGUES DE MATOS -
PE017380
PAULO ANDRÉ RODRIGUES DE MATOS -
PE019067**

HIGOR JOSE ACIOLI DE OLIVEIRA - PE012564E

**SUSCITANTE : METALSHOP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA SEÇÃO A DA 16A VARA
CÍVEL DE RECIFE - PE**

**SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 22A VARA DA SEÇÃO
JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO FISCAL. ATOS DE CONSTRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL.

1. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça definiu que cabe à Segunda Seção julgar conflito de competência relativo à constrição praticada em execução fiscal que atinja o patrimônio de empresa em recuperação judicial.

2. O advento da Lei nº 13.043/2014 não altera o entendimento jurisprudencial pacificado no sentido de que compete ao juízo universal apreciar atos constitutivos praticados contra o patrimônio de empresa recuperanda, ainda que oriundos de execuções fiscais. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

Brasília, 01 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva - Relator